



Prefeitura Municipal de Pirai do Sul

Estado do Paraná

LEI Nº 1.425/05

SÚMULA: Dispõe sobre a reorganização administrativa da Fundação Municipal de Saúde e Assistência Hospitalar de Pirai do Sul-Pr. e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I DA ESTRUTURA ORGÂNICA E BÁSICA

Artigo 1º: A Fundação Municipal de Saúde e Assistência Hospitalar de Pirai do Sul, Estado do Paraná, disporá para o desenvolvimento de suas atribuições legais e constitucionais, de unidades organizacionais próprias da administração direta e de entidades da administração indireta, integradas conforme grupos de atividades relativas às metas e objetivos constantes em seu Estatuto.

§ 1º: Na busca de tais objetivos, o exercício do poder diretivo competirá ao Secretário Municipal da Saúde, presidente nato, que será diretamente auxiliado pelo Diretor Administrativo da Fundação.

§ 2º: A administração direta compreende o exercício das atividades pertinentes à Administração Básica das diretrizes e objetivos constantes no Estatuto, nos termos da lei, executada pelas seguintes unidades administrativas:

- 1.- Colegiados de Deliberação, Consulta e Orientação do Presidente nas suas atividades administrativas;
- 2.- Unidades de Assessoramento e apoio direto ao Presidente para o desempenho de funções auxiliares, coordenação e controle de assuntos e programas atinentes;
- 3.- Órgãos de primeiro nível hierárquico, voltados ao planejamento, comando, coordenação, fiscalização, execução, controle e orientação normativa das ações do Presidente.

Artigo 2º: A Estrutura Organizacional Básica da Presidência da Fundação Municipal de Saúde e Assistência Hospitalar de Pirai do Sul-Pr. estará assim caracterizada:

a)- Órgãos Colegiados de consulta, orientação e deliberação, a saber:

- Conselho Municipal de Saúde;
- Conselho de Curadores.

b)- Órgãos de Assessoramento, a saber:

- Direção Administrativa;
- Direção Clínica;
- Assessoria Jurídica;
- Assessoria Técnica Administrativa

Artigo 3º: A estrutura organizacional básica da Fundação, atendidas as suas respectivas peculiaridades, compreenderá os seguintes níveis:

I- **Nível de direção superior:** representado pelo Presidente nato, o Secretário Municipal da Saúde, este último com símbolo S-1, com funções relativas à liderança, representação, articulação e controle de resultados das áreas de atividades;

II- **Nível de Assessoramento do Presidente**

- a)- Diretor Administrativo, símbolo S-1;
- b)- Assessor Jurídico – FG 01;
- c)- Diretor Clínico – FG 01;
- d)- Assessor técnico-administrativo- FG 02.



Prefeitura Municipal de Piraí do Sul

Estado do Paraná

III- Nível de Supervisão, símbolo FG-2, com funções de coordenação e execução de atividades inerentes à sua área de atuação, exercendo comando direto sobre equipes técnicas e ou administrativas;

§ 1º - Os níveis de assessoramento do Presidente, inciso II, letras a a c e de supervisão, inciso III, todos desse artigo, serão ocupados por funcionários do quadro permanente da Fundação ou do Poder Executivo Municipal, com um mínimo de dois (02) anos de atividade, contínua ou não, na área específica em que atuará.

§ 2º - Os funcionários designados para ocupar funções gratificadas não poderão ter avaliação de desempenho abaixo da média e nem sofrer punições disciplinares de qualquer natureza, sob pena de perda da função.

Artigo 4º: A representação gráfica da Estrutura Organizacional básica da Fundação Municipal de Saúde e Assistência Hospitalar de Piraí do Sul-Pr. é a constante dos anexos 1 a 4, que fazem parte integrante dessa Lei.

Artigo 5º: O cargo comissionado da Fundação é o constante do inciso II, letra a do artigo 3º, ao qual fica estabelecida a seguinte proporção em relação ao referencial final do maior padrão de vencimentos da tabela básica da administração direta dos cargos comissionados do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Piraí do Sul, respectivamente:

Símbolo S-1 = 1,00

Artigo 6º: O funcionário público municipal que vier assumir o cargo em comissão referido no artigo anterior, poderá optar pela remuneração do cargo comissionado, ou pelo adicional de 30% (trinta por cento) sobre seus vencimentos e aqueles que assumirem os cargos constantes no inciso II, letras b e c do art. 3º, a nível de assessoramento do Presidente, terão adicionais de 30% sobre seus vencimentos (FG01) e aquele que assumir o cargo constante do inciso II, letra d a nível de assessoramento do Presidente, bem como aqueles que exercerem funções de supervisão que trata o inciso III do artigo 3º, terão adicionais de 20% (vinte por cento) sobre seus vencimentos (FG02).

TÍTULO II

DA ÁREA DE COMPETÊNCIA DAS UNIDADES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DE CONSULTA, ORIENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO.

Artigo 7º: O Prefeito Municipal, presidente nato da Fundação, fixará por Decreto, a composição, atribuições e forma de funcionamento do Conselho Municipal de Saúde como órgão colegiado de consulta, orientação e deliberação, observada a legislação específica.

Artigo 8º: O Conselho de Curadores é órgão colegiado com funções deliberativas, consultivas e de orientação, constituído por dez (10) membros, a saber:

- 1.- Presidente da Fundação;
- 2.- Diretor Administrativo da Fundação;
- 3.- Diretor Clínico da Fundação;



Prefeitura Municipal de Pirai do Sul

Estado do Paraná

- 4.- Presidente do Conselho Municipal de Saúde;
- 5.- Secretário Municipal de Saúde;
- 6.- Um vereador indicado pela Câmara Municipal;
- 7.- Um representante da Associação Comercial e Industrial de Pirai do Sul, indicado por esta;
- 8.- Um representante dos profissionais de saúde, pertencente ao quadro único de pessoal do Município, indicado por livre escolha entre estes;
- 9.- Um representante do Sindicato Rural, indicado por este;
- 10.- O representante do Ministério Público no Município. ou quem este indicar.

Artigo 9º: Compete ao Conselho de Curadores:

- a)- Fiscalizar contábil e financeiramente a Fundação;
- b)- Emitir pareceres sobre os balancetes mensais e balanço geral;
- c)- Aprovar o orçamento e a prestação de contas anualmente;
- d)- Aprovar regimentos internos e normas de serviços;
- e)- Reunir-se ordinariamente, no mínimo a cada noventa (90) dias, e extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre por convocação do Presidente do Conselho ou do Presidente da Fundação;
- f)- Solicitar a qualquer tempo quaisquer informações, esclarecimentos ou relatórios sobre o desenvolvimento das atividades e responsabilidades da Fundação.

Artigo 10º: Os membros do Conselho de Curadores não serão remunerados e as suas atividades são consideradas relevantes ao bem estar da comunidade.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

SEÇÃO I

Do Diretor Administrativo.

Artigo 11º: É da competência do Diretor Administrativo a assistência direta ao Presidente da Fundação, na sua representação junto às autoridades; a coordenação de sua agenda oficial; cerimonial; a preparação de seus despachos, com as entidades representadas nos órgãos colegiados; a recepção, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Presidente e ao



Prefeitura Municipal de Pirai do Sul

Estado do Paraná

Secretário da Saúde; articulação entre a Fundação e a comunidade, consoante ordens emanadas do Presidente e do Secretário de Saúde, além de outras atividades correlatas.

SEÇÃO II

Da Assessoria do Presidente.

Artigo 12º: O assessoramento do Presidente será feito pelas Assessorias Jurídica, técnico-administrativa e pela Diretoria Clínica.

§ 1º: À Assessoria Jurídica competirá a representação e defesa judicial e extrajudicial dos interesses da Fundação, em qualquer foro ou instância, além de outras atividades jurídicas delegadas pelo Presidente. Compete ainda, o assessoramento às unidades da Fundação em assuntos de natureza jurídica; a preparação de contratos, convênios e acordos, nos quais a Fundação seja parte; a emissão de pareceres; a instauração de sindicâncias e de processos administrativos determinados pelo Presidente; praticar enfim todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho das atividades concernentes ao seu cargo e sob a fé de seu grau.

§ 2º: À Assessoria Técnica-administrativa, competirá à coordenação das relações do Diretor Administrativo com os demais órgãos da Fundação e do Município e até mesmo fora destes, assistindo-o diretamente nos procedimentos legais e administrativos, entre os quais o controle e manutenção do patrimônio mobiliário e imobiliário da Fundação, a administração do arquivo, protocolo, reprografia e meios de comunicação, a administração e controle dos contratos e atividades dos funcionários da Fundação.

§ 3º: À Diretoria Clínica competirá superintender e coordenar os serviços médicos hospitalares e todos os serviços da área de saúde e higiene definidas na competência legal da Fundação; acompanhar, coordenar e avaliar o desempenho dos setores de assistência médica, hospitalar e de saúde exercidas pela Fundação; responder tecnicamente pelos serviços médicos; praticar enfim todos os demais atos inerentes à sua função, segundo os preceitos éticos do exercício da Medicina.

CAPÍTULO III

Da caracterização e funcionamento dos Sistemas auxiliares.

Artigo 13º: As atividades de administração geral (Direção Administrativa), administração financeira e de assessoramento jurídico, em razão de seus caracteres normativos, serão conduzidas de forma centralizada, através dos seguintes sistemas auxiliares:

- 1- Sistema de Administração Geral;
- 2- Sistema de Administração financeira;
- 3- Sistema de Assessoramento Jurídico.



Prefeitura Municipal de Piraí do Sul

Estado do Paraná

Artigo 14º: A Diretoria Administrativa, a Assessoria Jurídica, a Diretoria Clínica e a Assessoria técnica-administrativa, órgãos de natureza meio, constituem as organizações básicas dos sistemas auxiliares, com capacidades normativas e orientadoras centralizadas, das quais emanam os núcleos, a saber:

- 1- Núcleo administrativo e de recursos humanos, da Diretoria Administrativa e Assessoria Técnica-administrativa;
- 2- Núcleo de assessoramento financeiro, da Secretaria Municipal de Finanças;
- 3- Núcleo de assessoramento jurídico, da Assessoria Jurídica;
- 4- Núcleo de assessoramento clínico, da Diretoria Clínica

Artigo 15º: Os núcleos terão atuação no âmbito das unidades da administração direta, visando assegurar linguagem uniforme, universalização de conceitos e execução integrada das atividades que representam, em estreita observância ao disposto neste Título.

§ único: Os núcleos estarão sujeitos à orientação normativa e supervisão técnica dos órgãos que representam e serão integrados por funcionários lotados no próprio órgão, que atuarão sem prejuízo das atribuições específicas do cargo de lotação, bem como excepcionalmente por profissionais fora do quadro, em caráter emergencial e por prazo determinado, em conformidade com o disposto no artigo 24 da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).

CAPÍTULO IV

Das disposições finais.

Artigo 16º: As estruturas complementares dos órgãos da Fundação, bem como suas respectivas atribuições, serão estabelecidas por Decreto.

Artigo 17º: Fica o Presidente da Fundação, autorizado a dispor de cargos efetivos, de provimento em comissão, de funções gratificadas, de empregos e funções de quaisquer órgãos da Fundação, podendo inclusive, mudar-lhes as denominações e praticar todos os atos necessários para implantar as disposições desta Lei, respeitados os limites e ditames legais, notadamente quanto ao aumento das despesas.

Artigo 18º: O Presidente da Fundação, na qualidade de Secretário Municipal de Saúde, fica autorizado a fixar o número de funções gratificadas, conforme o disposto no artigo 3º, inciso III desta Lei, necessárias ao funcionamento da estrutura organizacional, até o limite máximo de 5% (Cinco por cento) das despesas com pessoal.

Artigo 19º: Os valores necessários à execução do disposto nos artigos 5º e 6º desta Lei, relativos ao cargo em comissão e as funções gratificadas somente serão pagos a partir da publicação dos atos administrativos que derem início ao enquadramento dos servidores lotados na Fundação, no plano de cargos, salários e carreiras da Administração Municipal, regulamentado pela Lei Municipal 990/95 de 08.05.95 ou outra que a substitua.



Prefeitura Municipal de Pirai do Sul

Estado do Paraná

Artigo 20º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, EM 12 DE MAIO DE 2.005

VALENTIM ZANELLO MILLEO
Prefeito Municipal

DR. JURANDIR CECILIO SANDRINI
Departamento Jurídico